

ANCP

Conchavão inaceitável 15 MAR 1988

São Paulo

Desenhava-se ontem, nos céus de Brasília carregados de negras nuvens de chuva, um dos mais acabados conchavões de uma história política construída, essencialmente, de pactos entre as elites. O grande conchavão toma a forma de introdução de parlamentarismo em janeiro próximo com cinco anos de mandato para o presidente José Sarney.

Essa tese deve ser servida hoje, no café da manhã, ao presidente da República pelo presidente do PMDB, do Congresso constituinte e da Câmara dos Deputados, Ulysses Guimarães. Com ela, ganha Sarney, que fica com os cinco anos desejados, embora perca na outra ponta, a do sistema de governo. Ganham Ulysses Guimarães e a numerosa fatia do PMDB mais interessada em permanecer no poder do que em cumprir as promessas de submetê-lo à única fonte legítima, o eleitorado. E perde a sociedade, uma vez mais posta à margem de uma negociação reservada aos conciliábulos dos caciques.

O parlamentarismo, como sistema permanente de governo, pode até ser defendido. O que não se pode defender é a sua utilização como moeda de troca para assegurar a Sarney cinco anos de mandato, contra a lógica institucional e contra o desejo da esmagadora maioria dos eleito-

res, conforme demonstram todas as pesquisas de opinião pública.

O conchavo pode até não ter esse objetivo, mas fica parecendo que, além de assegurar-se do poder, o PMDB busca evitar o fantasma Leonel Brizola. O que equivale a passar à sociedade um atestado de inépcia, a declará-la incompetente para eleger os homens que devem governá-la. O eleitorado tem errado, sim, nas suas escolhas, mas continua sendo e será sempre, se se pretende manter e aperfeiçoar a democracia, a única fonte legítima para fazê-lo.

Se o conchavão indecente for adiante, que pelo menos se tenha um pudor mínimo: o de submeter o sistema de governo a um plebiscito, para confirmar ou não a mudança no presidencialismo para o parlamentarismo, tal como prevê emenda do deputado Cunha Bueno (PDS-SP), que engloba a monarquia entre os regimes a serem testados no plebiscito.

Se nem isso se fizer, as cenas de conchavo explícito serão terminantemente proibidas para menores e também para maiores com um mínimo de vergonha na cara.

Clóvis Rossi

Pássaro na mão

O Congresso constituinte entra hoje na reta decisiva para que se conheça, finalmente, a extensão do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo que será adotado no país. O tripresidente Ulysses Guimarães, mais que nunca, está com a faca e o queijo na mão. Numa questão e noutra sua palavra será definidora.

A questão é saber se Ulysses será o Ulysses comandante da resistência democrática, o antecandidato de 1973/74 ao lado de Barbosa Lima Sobrinho, o "sr. diretas", ou o Ulysses conciliador das elites, a velha raposa de um pessedismo embolorado.

Intimamente, pessoalmente, a solução não é fácil. Imagine-se na seguinte situação: muito mal situado nas pesquisas eleitorais, praticamente sem chances de alcançar o sonho de uma vida (a Presidência da República), mas com possibilidade de, aos 71 anos, conseguir reunir em sua mão grande parte do poder no país, como primeiro-ministro, cargo para o qual será conduzido sem qualquer oponente à vista;

Brasília

do lado da gangorra há uma série de compromissos selados durante mais de 20 anos com a sociedade, entre eles o de que seria assegurado aos eleitores o direito de resolver a crise de poder no Brasil, com a eleição direta do presidente da República o mais rapidamente possível.

A fórmula parlamentarista com cinco anos de mandato para Sarney praticamente assegura a Ulysses a chefia do governo; presidencialismo com quatro anos lançam Ulysses Guimarães e seu partido numa corrida de final provavelmente infeliz — para o PMDB e seu presidente.

Esta é a difícil escolha para Ulysses. Ficar com o pássaro e o poder na mão ou ser coerente com os compromissos assumidos com a sociedade e passar à história como estadista, mesmo deixando o cavalo passar selado, e não montar. Mauro Lopes